



Revista Bioética

ISSN: 1943-8042

bioetica@portalmedico.org.br

Conselho Federal de Medicina

Brasil

Oliveira Guedes, Diego; Gomes Filho, Douglas Leonardo
Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia
Revista Bioética, vol. 23, núm. 1, 2015, pp. 139-148
Conselho Federal de Medicina
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361535344015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia

Diego Oliveira Guedes¹, Douglas Leonardo Gomes Filho²

Resumo

O plágio se faz presente no mundo desde que os seres humanos desenvolveram a escrita. Porém, despertou maior interesse quando passou a trazer prejuízos financeiros e intelectuais. Mesmo surgindo cada vez mais na mídia e sendo discutido na vida acadêmica, sua definição precisa ainda não foi estabelecida. Neste estudo, foram abordados o plágio integral, o conceitual e o parcial. O objetivo foi avaliar o nível de conhecimento dos alunos matriculados no curso de odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia a respeito do tema plágio, da legislação pertinente ao tema, das fontes de pesquisa utilizadas e de como são tratados os direitos de reprodução de imagem. Para essa avaliação, utilizou-se questionário e posterior análise das respostas por meio do programa SPSS. Apesar de utilizarem fontes confiáveis para as pesquisas, os alunos não apresentaram conhecimento pleno sobre o plágio e mostraram não respeitar os direitos autorais das imagens.

Palavras-chave: Bioética. Direitos autorais. Má conduta científica. Plágio.

Resumen

Percepción de plagio académico entre estudiantes de un curso de odontología

El plagio se hace presente en el mundo desde que los seres humanos desarrollaron la escritura. No obstante, despertó un mayor interés cuando trajo perjuicios financieros e intelectuales. Aún surgiendo cada vez más en los medios y siendo discutido en la vida académica, su definición precisa no es clara. En este estudio fueron abordados el plagio integral, el conceptual y el parcial. El objetivo fue evaluar el nivel de conocimiento de los alumnos matriculados en el curso de Odontología de la Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sobre el tema plagio, la legislación pertinente al tema, las fuentes de investigación utilizadas y de cómo son tratados los derechos de las imágenes. Para esta evaluación, se utilizó un cuestionario y posterior análisis de las respuestas por medio del programa SPSS. A pesar de utilizar fuentes confiables para las investigaciones, los alumnos no presentaron conocimiento pleno sobre el plagio y mostraron no respetar los derechos de las imágenes.

Palabras-clave: Bioética. Derechos de autor. Mala conducta científica. Plagio.

Abstract

Perception of academic plagiarism among dentistry students

While plagiarism has existed since human beings first learnt to write, it has become an issue of greater concern since we became aware of the financial and intellectual damage it can cause. Yet despite an increased awareness of the dangers of plagiarism in academic circles and in the media, the term itself has not yet been clearly defined. The present study addresses full, conceptual and partial plagiarism, with the aim of assessing the knowledge of students enrolled in the Dentistry course of the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia regarding plagiarism, relevant legislation, research sources and image copyright. Through the use of a questionnaire and subsequent analysis of the responses of students using SPSS software, it was found that while students use reliable sources in their research, they are not fully aware of what plagiarism is and do not respect image copyright.

Keywords: Bioethics. Copyright. Scientific misconduct. Plagiarism.

Aprovação CEP Uesb 274.117 de 16/05/2013

1. **Graduado** doguedes@outlook.com – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), Jequié/BA, Brasil. 2. **Doutorando** dlgrfilho@uol.com.br – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), Jequié/BA, Brasil e PPGBIOS – UFRJ/UERJ/UFF/Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Correspondência

Douglas Leonardo Gomes Filho – Rua Cândido Mendes, 129, aptº 908, Glória CEP 20241-220. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Declararam não haver conflito de interesse.

O plágio está presente no mundo desde que os seres humanos desenvolveram a escrita. Seu conceito, porém, como se entende hoje, é recente. Já na Roma antiga a prática do plágio era condenável, não como roubo de textos, mas como crime envolvendo escravos ¹. Com o sentido mais atual, a palavra “plágio” foi usada pela primeira vez pelo poeta latino Marcial. Até hoje seu conceito é pouco preciso, mas sempre presente na literatura ¹.

Estudantes, professores, pesquisadores, autores, revisores, editores, todos eles se preocupam com o plágio em alguma medida. Professores de qualquer área do conhecimento ambicionam que os jovens pesquisadores naturalizem a ética acadêmica, aprendam a ser íntegros, o que implica não enganar os leitores, não mentir forjando falsa autoria, na medida em que *o plágio confunde o leitor, pois perturba a confiança na ciência* ².

As discussões sobre os prejuízos causados pelo plágio só surgiram quando a apropriação da autoria de outrem incidiu sobre questões financeiras. As publicações em larga escala de livros, revistas e artigos científicos e a comercialização da produção intelectual evidenciaram a necessidade de se coibir o plágio ³.

Assim como o plágio, a bioética não começou com um *big bang* ⁴. Muitos acontecimentos contribuíram para o surgimento da bioética e suas discussões, avanços tecnológicos e transformações sociais levaram ao pluralismo moral, despertando o debate bioético ⁵. Não por acaso, os criadores de uma das mais influentes correntes bioéticas, o principialismo, incluíram, a partir da 6ª edição norte-americana do livro “Princípios de ética biomédica”, um capítulo especialmente dedicado à moralidade comum, entendida como moralidade universal e que incluiria normas gerais como não mentir, não roubar a propriedade alheia, guardar promessas, respeitar os direitos dos outros e não matar ou causar dano a outros ⁶.

As correlações entre plágio e bioética também podem ser observadas nas versões mais recentes dos códigos de ética profissionais da área biomédica. No Brasil, o Código de Ética Odontológica, por exemplo, em seu capítulo XVI, seção II, artigo 49, incisos II e IV, afirma constituir infração ética: *II) apresentar como seu, no todo ou em parte, material didático ou obra científica de outrem, ainda que não publicada; (...) IV) utilizar-se, sem referência ao autor ou sem sua autorização expressa, de dados, informações ou opiniões coletadas em partes publicadas ou não de sua obra* ⁷.

Segundo Diniz e Guilhem, a “Encyclopedia of bioethics” define bioética como *estudo sistemático da conduta humana no âmbito das ciências da vida e da saúde, examinada à luz de valores e princípios morais* ⁸. Se “não mentir” e “não enganar” são princípios morais, não incorrer em plágios, ou seja, não levar a determinada forma de engano, também contempla o escopo de definição da bioética, sobretudo quando relacionada à produção nos campos da ciências da vida e da saúde.

A internet tem-se revelado importante fonte de conhecimento e facilitadora da pesquisa para estudantes e pesquisadores. A quantidade de informações disponível é imensurável e a facilidade de consegui-las, também. Barbastefano e Souza ⁹ alertam sobre a facilidade de plagiar, assim como de se detectar casos de plágio. São cada vez mais frequentes os casos divulgados na mídia de pesquisadores que perdem seus títulos, conseguidos mediante práticas ilegais.

Mesmo sendo fenômeno comum na vida acadêmica, não é fácil estabelecer a definição precisa de plágio ¹⁰. Para o escopo deste estudo, entende-se por plágio a utilização de obra, ou parte dela, de outrem assumindo-se como sua a autoria. São três tipos de plágio: o integral, no qual ocorre a transcrição, sem citação da fonte, de texto completo; o parcial, que compreende a cópia de algumas frases ou parágrafos de diversas fontes diferentes; e o conceitual, em que há a apropriação de um ou vários conceitos, ou de uma teoria, que a pessoa apresenta como se fossem de sua própria elaboração ¹¹.

Nesse ponto é que parece haver desconhecimento da matéria. O plágio integral, cópia fiel, é de fácil identificação e entendimento pela maioria das pessoas. Porém não somente isso é considerado plágio. A utilização da ideia sem a correta identificação do autor também é plágio, ainda que bastante discutível, e essa percepção também será verificada na pesquisa. Até mesmo o desconhecimento das técnicas de paráfrase acaba enquadrando os trabalhos como plágio. E é essa falta de conhecimento que tem propiciado o crescimento de uma geração inteira de estudantes que praticam o plágio de forma sistemática e usual ³.

Estudo publicado na Austrália demonstrou que a integridade acadêmica e, mais especificamente, a noção da importância de coibir o plágio vêm sendo negligenciadas na formação profissional ¹². Esse importante aspecto da vida acadêmica deveria ser responsabilidade tanto do aluno quanto do orientador, que devem partilhar a obrigação de assegurar a idoneidade de sua produção intelectual. O consenso

geral é que estudantes e professores de odontologia ou de qualquer outra área da saúde devem ser éticos, honestos e responsáveis.

Ocorre, porém, que plágio não chega a ser considerado problema no meio acadêmico, já que a formação visa à prática clínica, enfatizando apenas os aspectos técnicos da profissão. Tal diretriz dá margem a interpretações segundo as quais as instituições acadêmicas admitem comportamentos não éticos, principalmente quando tratam de aspectos pouco valorizados da vida profissional, como, por exemplo, a produção escrita em uma área eminentemente técnica. A aceitação de um possível plágio e a “vista grossa” por parte dos professores quanto a esse tipo de fraude podem potencializar tais comportamentos e contribuir para seu prolongamento além da graduação, gerando impacto negativo sobre a percepção da integridade das profissões ¹².

Assim, algumas questões podem ser levantadas. Além do aspecto ético, qual seria o conhecimento dos alunos de graduação em odontologia acerca dos direitos autorais? Até que ponto estão cientes das violações que porventura estejam cometendo? Na tentativa de responder a essas indagações, o presente trabalho pretendeu avaliar o nível de conhecimento de todos os alunos matriculados no curso de graduação em odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sobre o plágio acadêmico e a legislação pertinente ao plágio, identificar as fontes utilizadas nas pesquisas e, ainda, analisar como os participantes procedem na utilização de imagens em seus trabalhos acadêmicos.

Espera-se que este estudo seja ponto de partida para minimizar esse problema tão comum atualmente no meio acadêmico. Com base nos resultados poderão ser elaboradas estratégias para difundir as informações necessárias tanto aos alunos quanto aos professores orientadores, a fim de evitar a ocorrência de novos casos de plágio.

Método

Tipo de estudo

Esta pesquisa foi do tipo descritivo e censitário. Os dados foram levantados, analisados e correlacionados sem nenhum tipo de manipulação.

Local do estudo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), *campus* de Jequié, que engloba também o Módulo de Odontologia da Uesb.

População estudada

A população considerada na pesquisa constituiu-se pelos 199 alunos devidamente matriculados no curso de odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no período compreendido entre os meses de julho e outubro do ano de 2013. Dos 199 alunos, conseguiu-se aplicar o questionário a 186 deles, o que representa 93,5% da população considerada. Os 13 restantes não foram encontrados, ou se recusaram a responder o questionário.

Instrumento de coleta de dados

Utilizou-se questionário para identificar o perfil dos voluntários e o nível de conhecimento sobre plágio acadêmico. Compreendeu uma série de perguntas ordenadas (13 questões objetivas e 3 discursivas), cujas respostas se deram por escrito, na presença do pesquisador. Esse questionário é uma adaptação daquele utilizado por Barbastefano e Souza ⁹ para avaliar casos de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção em 2007.

Antes da aplicação da pesquisa, realizou-se estudo-piloto com os alunos do 3º semestre do curso de biologia da mesma universidade, a fim de analisar a funcionalidade do questionário a ser utilizado. Os resultados do estudo-piloto mostraram a necessidade de fazer alterações no questionário para adaptá-lo ao grupo pesquisado. A questão sobre plágio e legislação foi alterada e acrescentadas mais duas questões, que indagavam se o voluntário concordava com a legislação e se sabia o que é artigo retratado. A coleta dos dados foi feita pelo autor desta pesquisa, com a colaboração do pesquisador responsável.

Método de análise dos dados

Primeiramente, utilizando o programa Microsoft Excel 2013®, desenhou-se um banco de dados que foi alimentado com os questionários obtidos. Em seguida, com o SPSS for Windows 16.0 (2007), realizou-se a análise descritiva das frequências das respostas dadas pelos discentes.

Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP Uesb), por meio da Plataforma Brasil, para sua análise e aprovação antes da coleta dos dados. Os pesquisadores seguiram fielmente as Normas e Diretrizes para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS 466/2012), respeitando o processo

de obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes.

Resultados e discussão

Como foi visto, o perfil da população estudada consistiu em 199 alunos matriculados em todos os semestres do curso de graduação em odontologia da Uesb, no período de julho de 2013 a outubro do mesmo ano, sendo que 93,5% responderam ao questionário. Desses, 35,5% são do sexo masculino e 64,5% do sexo feminino, com idade entre 18 e 39 anos, sendo a média de 23 anos.

Em seguida, duas questões avaliaram se os alunos tinham conhecimento sobre a definição de plágio segundo a legislação brasileira. Todos afirmaram que se trata de crime e declararam concordar com a legislação vigente. A punição ao plágio é prevista no artigo 184 do Código Penal, que prevê pena de *detenção, de três meses a um ano, ou multa*, para os casos de violação de direito autoral¹³. Além disso, é enquadrado na Lei 9.610/98, que considera contrafação a reprodução não autorizada de uma obra protegida por direitos autorais^{14,15}. Diniz e Munhoz¹⁰, por sua vez, discordaram que plágio deva ser considerado crime propriamente dito. Entendem que plágio, quando não envolver direitos autorais, seria uma infração ética e, como tal, deveria ser enfrentado no campo da bioética.

A questão seguinte ainda trata da legislação, ao abordar em que situações é permitida a reprodução parcial de uma obra intelectual. Do total de participantes, 56% responderam corretamente “Quando o dono dos direitos autorais autoriza a reprodução” e “Quando o autor for devidamente referenciado”. Resultados semelhantes foram obtidos por Barbastefano e Souza⁹, Fachini e Domingues³ e Silva e Domingues¹⁶, porém esses estudos consideravam corretas as opções *Quando o dono dos direitos autorais autoriza a reprodução* e *Quando a obra for de domínio público*. Entretanto, em ambos os casos, se o autor não está corretamente referenciado, a obra fere a identidade da autoria e a honestidade intelectual, e as duas opções não podem ser consideradas corretas isoladamente.

Para analisar as três questões discursivas referentes ao conhecimento sobre os conceitos *plágio*, *domínio público* e *paráfrase*, foram criadas categorias a partir das respostas mais frequentes. Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1. Conhecimento dos alunos de odontologia sobre o conceito de plágio, domínio público e paráfrase. Uesb, Jequié/BA, 2013

O que você entende por plágio?	
Trata-se de cópia indevida/ilegal de uma obra	43,6%
É quando ocorre a cópia total ou parcial de uma obra	6,5%
Reprodução fiel de uma obra sem autorização do autor	24,2%
Cópia sem a devida referência	19,9%
Não sabe ou não respondeu	5,9%
O que você entende por domínio público?	
Obra que pode ser usada por todos/não registrada	58,6%
Algo que tome proporções, chegando a ser conhecido por todos	5,4%
Local onde as coisas estão livres para todos	2,2%
Obra que, após determinado tempo, passa a pertencer a todos	2,7%
Não sabe ou não respondeu	31,2%
O que você entende por paráfrase?	
Forma de reescrever o que alguém disse, usando suas próprias palavras	36,6%
Transcrição das palavras ou frases de outros autores	16,7%
É quando se lê um texto e se extrai a ideia central	9,1%
É utilizar fragmentos de textos escritos por outros autores	3,2%
Não sabe ou não respondeu	34,4%

Quando questionados sobre o conceito de plágio, muitos conseguiram indicar que sabiam que se trata de crime ou algo errado, mas poucos foram os que abordaram os três tipos mais comuns de plágio tratados neste trabalho, como se pode observar na Tabela 1. Outra questão apresentava três situações ilustrando cada um dos três tipos de plágio, e quem deixasse de marcar alguma se inscreveria no rol daqueles que não sabiam ser plágio a situação descrita. Os resultados podem ser visualizados na Figura 1.2.

Estudo realizado no Peru para avaliar a frequência de plágio em trabalhos acadêmicos revelou o plágio literal como o mais frequente, o que condiz com os resultados encontrados neste estudo, que mostraram ser esse o tipo mais conhecido pelos alunos. Isso indica que, mesmo tendo conhecimento do problema, continuam praticando esse tipo de fraude¹⁷. Nos cursos da área de saúde – nos quais questões de responsabilidade e ética na conduta clínica

profissional são tão estimuladas, pois não envolvem apenas o desenvolvimento do conhecimento, mas a vida de outras pessoas –, agir de forma transparente e ética é fundamental¹⁸.

O conceito de domínio público que se esperava como resposta dos alunos é definido como toda obra científica, literária ou artística com prazo expirado de proteção legal, cujos direitos econômicos não pertencem a ninguém. No Brasil, esse prazo expira 70 anos após a morte do autor. No entanto, os direitos morais de qualquer obra são eternos; sendo assim, sempre que se utilizar essas obras, deve-se referenciá-las corretamente para que não configure plágio³. Pode-se ver, na Tabela 1, que a maioria dos voluntários demonstrou desconhecer o conceito de domínio público, e o confundiu com acesso do público às informações e obras. Apenas 2,7% responderam de forma correta. Resultado similar foi obtido na pesquisa de Silva e Domingues¹⁶.

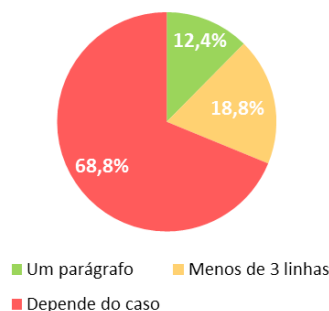
Paráfrase, conceitualmente, refere-se à reprodução da ideia ou pensamento de um autor (fonte) e transcrita com suas próprias palavras. No entanto, devem-se referenciar os autores (todos os participantes, ou pelo menos os três primeiros + *et al*, segundo a ABNT, ou os seis primeiros, como especifica Vancouver); caso contrário, configura-se plágio parcial ou pastiche^{3,9}. Do total de participantes, 36,6% responderam de forma parcialmente correta. O que ninguém mencionou na resposta foi a necessidade de referenciar os autores do referente texto parafraseado.

Sobre o tamanho que uma paráfrase pode ter, não existe regra. Cada caso deve ser analisado de forma individual, e o bom senso do autor é o que conta. A essa questão, 68,8% dos participantes responderam corretamente. No estudo de Fachini e Domingues³, o número de respostas corretas foi bem inferior, 38%. Já na pesquisa de Barbastefano e Souza⁹ foi semelhante aos nossos resultados, 71%.

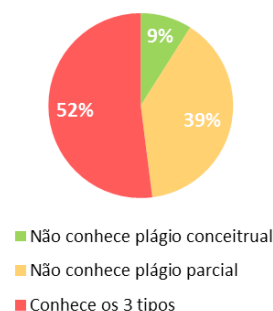
Para as duas questões seguintes, utilizou-se trecho do livro “Patologia oral e maxilofacial”, de Neville *et al.*¹⁹, e em seguida apresentava-se um exemplo de citação direta e outro de paráfrase. Os voluntários deveriam avaliar e julgar se os exemplos eram válidos ou não. O exemplo de citação direta estava incorreto porque, embora fosse cópia fiel do fragmento e citasse os autores, não se enquadrava nas normas da ABNT (faltavam as aspas e o número da página do original citado). Como se pode observar na Figura 1.3, apenas 26% dos participantes responderam corretamente.

Figura 1. Conhecimento dos alunos de odontologia sobre tamanho de paráfrase, tipos de plágio e normas de citação direta e paráfrase. Uesb, Jequié/BA, 2013

1.1. Qual é o tamanho máximo de uma paráfrase?



1.2. Conhece os três diferentes tipos de plágio?



1.3. Citação direta



1.4. Paráfrase



Quanto ao exemplo de paráfrase, também não era válido, porque, ao final do trecho transcrito com palavras diferentes, porém com a mesma ideia, não havia a referência dos autores do texto parafraseado. Na Figura 1.4, pode-se observar que apenas 31% julgaram corretamente o caso de paráfrase. Esse resultado demonstra pouco conhecimento das normas para uso de citações em suas produções textuais.

A questão seguinte perguntava quais fontes os voluntários mais usavam para fazer as pesquisas científicas, e era possível marcar quantas opções julgassem necessárias. As respostas mais encontradas foram: internet, mediante *sites* de busca (2,5%) e biblioteca da universidade (1,5%). Outros resultados foram 0,5% para quem pesquisa no Scientific Library on Line (SciELO), 1% nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 1% na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e 0,5% no Google Acadêmico. Esses resultados são corroborados por Barbastefano e Souza ⁹ e Silva e Domingues ¹⁷. Estudo de Fachini e Domingues ³, porém, indica que a biblioteca da universidade é a fonte mais utilizada, ao passo que a internet é a terceira mais procurada. Mas tais resultados podem variar de acordo com a qualidade da biblioteca da Universidade e da disponibilidade de acesso à internet pelos estudantes.

Buscando sistematizar as respostas dos participantes que marcaram mais de uma alternativa, grupo que representa aproximadamente 53% dos voluntários, foram separadas as respostas daqueles que utilizam somente fontes confiáveis (anais de congressos; SciELO; periódicos avaliados pela Capes; BVS; Google acadêmico e biblioteca da universidade). Outra categoria foi a dos que recorrem tanto a fontes confiáveis quanto a fontes não confiáveis (considerando qualquer *site* de buscas na internet e Wikipédia). Nesse grupo ficaram 32% dos participantes da pesquisa. Outro grupo bem menor foi o dos que só utilizam fontes não confiáveis, que representou apenas 2%.

É notório que cada vez mais casos de plágio são detectados no meio acadêmico, e logo chegam à mídia, que os divulga. Nesse ponto, uma questão ainda sem resposta pode ser levantada: a expansão do uso da internet fez crescer o número de casos de plágio ou apenas teria provocado aumento de sua detecção? O que se pode concluir é que não há consenso entre os autores sobre essa questão, até o momento. Diniz e Terra ² inferem que ainda não há pesquisas mostrando que a popularização da internet tenha de fato aumentado o número de plágios, mas talvez estejam sendo detectados com mais pro-

priedade nos dias atuais, até mesmo com a ajuda de ferramentas e programas *online*.

Biondi ²⁰ também discute a mesma divergência entre diversos autores. Entre eles o prof. Lopes dos Santos, coordenador da área de Humanidades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que afirma não haver dados que indiquem que o problema está se agravando ou não, apesar de reconhecer que a preocupação em relação ao tema tem-se ampliado. Ainda na mesma reportagem, Biondi cita Erney de Camargo, professor titular do Instituto de Ciências Biomédicas da USP e ex-presidente do CNPq, segundo o qual há 50 anos já ouvia falar em plágios e roubos de ideias e dados na USP. Entretanto, logo em seguida, o professor diz não saber se é o número de plágios que está aumentando ou a nossa capacidade de descobri-los. Outros autores citados na mesma reportagem vão atribuir esse suposto aumento do número de plágios à exigência de alta produtividade individual nas publicações acadêmicas. Aliás, sobre a relação plágio *versus* produtividade, há muitas divergências entre os autores aqui pesquisados.

Imagens são recursos muito utilizados na produção científica, e também se encontram protegidas pela lei dos direitos autorais. Sendo assim, há necessidade de incentivar os alunos a criar suas próprias imagens ou, quando for necessário utilizar imagens de terceiros, referenciar corretamente para que não cometam crime de violação de direitos autorais. Quando questionados sobre a forma como utilizam essas imagens, 78% declararam não respeitar os direitos das imagens, e usam sem discriminação imagens encontradas na internet. Essa conduta deveria ser evitada, ainda que seja difícil provar a autoria de uma imagem. Produzir suas próprias imagens ou solicitar autorização para reproduzir imagens alheias seriam as melhores opções para evitar problemas.

Por fim, questionados se já haviam obtido orientação sobre plágio acadêmico durante o curso de graduação, 69,4% dos participantes da pesquisa afirmaram já ter sido orientados por algum professor. Esse resultado é bem contrastante quando comparado com o das pesquisas de Fachini e Domingues ³, Barbastefano e Souza ⁹ e Silva e Domingues ¹⁶, nas quais 48,2%, 19%, e 28,7%, respectivamente, relataram já ter recebido alguma orientação sobre plágio.

Embora este trabalho não tenha focado a questão do autoplágio, na medida em que a pesquisa foi feita com alunos de graduação que estão sendo inseridos no universo da pesquisa científica e terão de fazer o trabalho de conclusão de curso, cabe destacar essa nova categoria de plágio. O autoplágio

pode ser identificado na situação em que o autor recorta e modifica a redação de trabalhos seus já publicados, rerepresentando as mesmas ideias neles contidas em “novos” artigos supostamente originais. Os novos critérios editoriais, aliados à pressão por publicar trabalhos exigida principalmente pelos programas de pós-graduação, parecem estar criando tais questões éticas na comunicação científica ^{21,22}.

Considerações finais

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitiram concluir que os alunos de graduação em odontologia não têm conhecimento pleno do que é plágio. Mesmo sendo assunto recorrente na mídia e discutido na vida acadêmica, a maioria não soube responder com clareza aos questionamentos feitos. É possível notar que o conteúdo básico da legislação sobre o tema, de que plágio constitui crime e pode acarretar sanções, é entendido pela grande maioria dos alunos. Contudo, não souberam identificar nitidamente casos específicos de plágio, como o plágio conceitual ou parcial, nem ficou claro para eles que o uso incorreto das citações indiretas pode ser considerado plágio.

A maior parte dos voluntários declarou utilizar fontes confiáveis para a realização de suas pesqui-

sas. No entanto, quanto à utilização de imagens de terceiros em trabalhos acadêmicos, os participantes demonstraram que não se preocupam nem com as fontes das quais essas imagens são obtidas nem com a possibilidade de envolverem direitos autorais ou não. Só pequena parcela demonstrou que toma precauções corretas, utilizando imagens de livre acesso, solicitando permissão para o uso de imagens protegidas ou, ainda, produzindo suas próprias imagens.

A disciplina de Metodologia da Pesquisa é oferecida nesse curso desde o 2º semestre. Espera-se que a partir de então os alunos já comecem a construir um conhecimento mais sólido do conceito de plágio e sua importância no meio acadêmico. No entanto, isso não foi notado na pesquisa. Títulos e até ganhos financeiros podem ser obtidos injustamente mediante essa prática ilegal. Fica nítida, então, a necessidade de combater o plágio ainda na graduação ou, mesmo antes, no ensino fundamental.

Diante da relevância do tema, fica registrada a necessidade de ampliar esta pesquisa aos demais cursos dessa e de outras universidades, de forma a obter um levantamento de como esse assunto está sendo abordado nos cursos de graduação. Além disso, constata-se a importância de elaborar uma cartilha destinada a difundir informações e combater o plágio.

Referências

1. Christofe L. Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria [tese]. [Internet]. Campinas: Universidade de Campinas; 1996 [acesso 19 nov 2013]. Disponível: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000115064>
2. Diniz D, Terra A. Plágio: palavras escondidas. Rio de Janeiro/Brasília: Fiocruz/Letras-Livres; 2014. p. 18.
3. Fachini GJ, Domingues MJCS. Percepção do plágio acadêmico entre alunos de programas de pós-graduação em administração e contabilidade. [Internet]. Trabalho apresentado no 11º Semead; 28-29 ago 2008; São Paulo. 2008 [acesso 10 fev 2013]. Disponível: www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/842.pdf
4. Jonsen AR. The birth of bioethics. New York: Oxford University Press; 1998.
5. Beauchamp TL, Childress JF. Principles of biomedical ethics. 7ª ed. New York: Oxford University Press; 2013.
6. Reich WT, editor. Encyclopedia of bioethics [CD-ROM]. Rev ed. New York: Macmillan Library Reference; 1995.
7. Conselho Federal de Odontologia. Código de ética odontológica. Rio de Janeiro: CFO; 2012.
8. Diniz D, Guilhem D. O que é bioética? São Paulo: Brasiliense; 2006. p. 11-62.
9. Barbastefano RG, Souza CG. Plágio em trabalhos acadêmicos: uma pesquisa com alunos de graduação. Anais do 27º Encontro Nacional de Engenharia de Produção: 8-11 out 2007; Foz do Iguaçu, Brasil. Foz do Iguaçu: Enegep; 2007. p. 1-8.
10. Diniz D, Munhoz AT. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. Argumentum. 2011;3(1):11-28.
11. Silva OSF. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade. Rev Bras Educ. 2008;13(38):357-414.
12. Ford PJ, Hughes C. Academic integrity and plagiarism: perceptions and experience of staff and students in a school of dentistry. A situational analysis of staff and student perspectives. Eur J Dent Educ. 2012;16(1):180-6.

13. Brasil. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União. 31 dez 1940;Seção 1:2391.
14. Brasil. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União. 20 fev 1998;Seção 1:3
15. Krokosz M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. *Rev Bras Educ.* 2011;16(48):745-68.
16. Silva AKL, Domingues MJCS. Plágio no meio acadêmico: de que forma alunos de pós-graduação compreendem o tema. *Perspectivas Contemporâneas.* 2008;3(2):117-35.
17. Saldaña GJC, Quezada OCC, Peña OA, Mayta TP. Alta frecuencia de plagio en tesis de medicina de una universidad pública peruana. *Rev Peru Med Exp Salud Pública.* 2010;27(1):63-7.
18. Sauthier M, Almeida FAJ, Matheus MP, Fonseca PML. Fraude e plágio em pesquisa e na ciência: motivos e repercussões. *Rev Enf Ref.* 2011;3(3):47-55.
19. Neville BW, Damm DD, Allen CM, Bouquot JE. *Patologia oral e maxilofacial.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009.
20. Biondi A. Plágio na produção acadêmica, vespeiro intocado. Ou não? *Revista Adusp.* 2011;(50):57-65.
21. Porto D. Publicação em bioética na América Latina: impasses e desafios. *Bioetikos.* 2013;7(4):442-7.
22. Gomes AB. Orientações da Capes sobre o plágio. [Internet]. 2011 [acesso 15 set 2014]. Disponível: <http://anabeatrizgomes.blogspot.com.br/2011/02/orientacoes-da-capes-sobre-o-plagio.html>

Participação dos autores

Diego Oliveira Guedes participou da concepção do projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, coleta de dados, análise e redação do artigo. Douglas Leonardo Gomes Filho participou da orientação, revisão do projeto, coleta de dados, análise, formatação e revisão do texto.

Recebido: 17. 7.2014

Revisado: 3. 9.2014

Aprovado: 14.11.2014

Anexo

Questionário

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: () Anos

3. Semestre que está cursando: () Semestre

4. De acordo com seus conhecimentos sobre a legislação brasileira, plágio é:

- () Crime.
() Não configura crime.
() Não sabe.

5. Caso tenha respondido “crime” na questão anterior, você:

- () Concorda com a legislação.
() Não concorda com a legislação.

6. Ainda de acordo com seus conhecimentos sobre legislação, em que situação/situações é permitida a reprodução de uma obra intelectual?

- () Quando o dono dos direitos autorais autoriza a reprodução.
() Quando o autor for devidamente referenciado.
() Quando a obra for de domínio público.
() Quando a reprodução for feita por um aluno de graduação.
() Quando a reprodução não tiver objetivos financeiros.
() Quando a reprodução servir para beneficiar o autor.
() Quando a reprodução tiver o objetivo de melhorar ou comentar a obra.

7. O que você entende por plágio?

8. O que você entende por domínio público?

9. O que você entende por paráfrase?

10. Qual/Quais das seguintes situações você considera plágio?

- () Cópia fiel de um texto ou fragmento dele.
() Uso da ideia contida em um texto, mas escrita com outras palavras.
() Texto construído com vários fragmentos de textos diferentes.

11. Em sua concepção, qual é o tamanho máximo que uma paráfrase pode ter em texto para que não haja violação do direito autoral:

- () Um parágrafo.
() Menos de 3 linhas.
() Não existe tamanho máximo, depende do caso.

12. A seguir, temos uma passagem do livro “Patologia oral e maxilofacial”, de Neville *et al.*:

“O cisto dentígero é definido como um cisto que se origina pela separação do folículo que fica ao redor da coroa de um dente incluso. Esse é o tipo mais comum de cisto odontogênico de desenvolvimento.”

Exemplo de citação direta:

O cisto dentígero é definido como um cisto que se origina pela separação do folículo que fica ao redor da coroa de um dente incluso. Esse é o tipo mais comum de cisto odontogênico de desenvolvimento (Neville *et al.*, 2009).

- () É válido.
() Não é válido, trata-se de citação indireta.
() Não é válido, pois não se enquadra nas normas da ABNT.

Exemplo de paráfrase:

Cisto dentígero, que se origina pela separação folículo que circunda a coroa de um dente incluso, é o tipo de cisto odontogênico de desenvolvimento mais comum.

- () É válido.
() Não é válido, trata-se de citação direta.
() Não é válido, pois não se enquadra nas normas da ABNT.

13. Quais fontes de pesquisa você utiliza regularmente para fazer seus trabalhos acadêmicos:

- () Biblioteca da universidade
() Biblioteca municipal
() Biblioteca pessoal
() Google Acadêmico
() Biblioteca Virtual em Saúde
() Portal de Periódicos Capes

- () Wikipédia
- () Internet, por meio de sites de busca
- () SciELO
- () Anais de congressos

14. Quais fontes de imagens você utiliza nas pesquisas?

- () Qualquer site aberto, pois suas imagens são abertas e uso sem problemas.
- () Qualquer site que permita a utilização.
- () Tento reproduzir as imagens com recursos próprios.
- () Solicito autorização dos autores para usar imagens encontradas na internet.

15. Durante sua pesquisa bibliográfica, caso você encontre um artigo retratado, qual é a sua conduta?

- () Inclui na lista de referências, pois ele passou por um processo de revisão.
- () Desconsidera o seu uso por se tratar de fraude.
- () Utiliza-o com segurança por ter um duplo tratamento estatístico.

16. Você já obteve informações de algum professor da graduação sobre plágio acadêmico?

- () Sim
- () Não